STRATHERN, Marilyn. 2020. *Relations: an anthropological account*. Duke University Press, Durham, 288pp.

MARCELLE SCHIMITT
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre, RS, Brasil
marcelle.schimitt@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe191984

Relations inicialmente era para ser uma coleção de ensaios em sua maioria não inéditos. Em um formato diferente, organizado em capítulos que se dispõem ao longo de três partes, a versão publicada do livro, segundo a própria Strathern, possibilitou corrigir algumas imprecisões anteriores. Ainda mais enfaticamente do que em outras obras, nesta a autora mostra como as relações estão imersas em complexidades, já que, como fluxos de ação, não são coisas ordenadas e com limites precisos.

Para o antropólogo Alfred Gell (1999), o trabalho da autora condensa três aspectos distintos, mas interligados: uma crítica cultural contemporânea, atenta especialmente ao feminismo; uma meta-antropologia preocupada com a prática antropológica; e a antropologia em si. *Relations* parece condensar essa tríade. No prefácio do livro, Strathern menciona que a intenção é de que o escrutínio das relações que ela apresenta seja recebido como um relatório sobre o estado da arte da questão. A obra, assim, segue na direção oposta daquelas iniciativas que têm como objetivo examinar paradigmas a fim de descartá-los ou contorná-los. E afirma que há muito mais relações no livro do que aquelas nitidamente apresentadas.

Como podemos ver em escritos anteriores da autora, o modo melanésio de conhecimento opera não por comparação, mas por analogias entre conjuntos de relações. Essas analogias, entretanto, não funcionam da mesma forma que no pensamento anglófono. Se em inglês analogias são uma possível versão de comparações em que se estabelecem similaridades entre coisas, a princípio, dissimilares; a autora nos leva a pensar a partir de um "movimento analógico de separação entre diferença e dissimilaridade" (Strathern, 2020: 15, tradução minha). Assim, ela coloca o desafio de imaginar formas de relacionamento em que a preocupação não repouse sobre a dessemelhança, mas em um tipo de indiferença ou falta de diferenciação. E quando a dessemelhança não significa diferença, a diferença pode ser apenas uma condição, um valor, não algo a ser superado. Essa é uma das questões propulsoras do livro.

Se um dos objetivos de Strathern em *Relations* é relatar como as relações têm se desenvolvido, especialmente na antropologia anglófona, ela também nos lembra, porém, que

enquanto faz isso, está pondo as relações para trabalhar. Em diferentes áreas de conhecimento e em diferentes momentos – da revolução científica ao pensamento pós-humanista –, a autora coloca em evidência as relações. Mas o ponto focal parece ser o realismo agencial da física Karen Barad (2007), que opta pela noção de fenômeno em detrimento de conceito, trazendo ao primeiro plano a materialidade. É também a partir dessa filósofa da ciência que Strathern nos rememora a impossibilidade de separação entre aparato e fenômeno. Para tanto, descreve os experimentos do físico Niels Bohr, assim como faz Barad, nos quais elétrons se comportavam tanto como partículas quanto como ondas dependendo do aparato, para então introduzir que, conforme é utilizada, a própria relação é também um aparato que ora nos permite ver partículas, ora ondas; ou seja, indivíduos ou fluxos de relações.

Outro caminho proposto no livro é o de pensar sobre os efeitos do que não ocorreu, trazendo-os para a esfera do acontecimento. Strathern aponta que o conhecimento, a política e a história britânicas poderiam ter se desenvolvido de forma diversa se tivéssemos nos atido às consequências das relações, e nos leva a pensar que, se as tomarmos suficientemente a sério, o Homem, o indivíduo que busca a soberania e o domínio sobre os outros, pode finalmente começar a se dissolver. Assim, é possível dizer que Relations responde às críticas discursivas, aos novos materialistas e às feministas do conhecimento ocidental de uma só vez.

Para Strathern, se considerássemos a relação como uma categoria básica do entendimento humano, pareceria evidente como ela mesma é um conceito que abrange conexões e ligações a partir de como é utilizada no inglês. O que se aplicaria especialmente ao que tornamos conhecido, já que qualquer conceito tem propriedades relacionais. Mesmo que tudo que conhecemos envolva relações, os/as antropólogos/as ainda podem estar interessados/as em quando elas passam a ganhar atenção, diz a autora. A aura positiva ligada à relação no vernáculo inglês, no entanto, confere a ela um teor que os/as acadêmicos/as que se engajam para além do mundo anglófono muitas vezes devem repensar. A partir disso, ela nos questiona: o teor positivo das relações não seria aumentado pelo papel que elas desempenham na produção do conhecimento moderno? Para Strathern, o próprio conhecimento carrega uma aura de aprovação. É preciso lembrar: os dois, relação e conhecimento, estão interligados há muito tempo.

Antes de apresentar alguns dos pontos abordados em cada um dos capítulos do livro, porém, farei uma breve apresentação dessa autora que, apesar de muito conhecida e discutida no meio antropológico, requer sempre de quem a lê uma atenção constante e diligente.

Strathern estudou arqueologia e antropologia no Girton College da Universidade de Cambridge no início dos anos 1960, época em que lá ocorria um intenso debate sobre a estrutura e organização de grupos de parentesco. Em 1963, sob supervisão de Esther Goody, iniciou seu trabalho de campo de doutorado nas Terras Altas da Nova Guiné. Ao retornar, foi oferecido a ela o cargo de curadora assistente do Museu de Antropologia e Arqueologia em Cambridge, onde esteve envolvida na renovação da coleção da Nova Guiné. Em 1972 lançou seu primeiro livro, *Women in Between*. Entre 1969 e 1976, Strathern viveu entre Canberra, a capital australiana, e Papua-Nova Guiné. No seu retorno, entrou em contato

com as obras do antropólogo Roy Wagner, as quais tiveram grande influência em seu pensamento.

Ao reorganizar os materiais sobre histórias familiares que foram coletados na vila de Elmdom, no condado de West Midlands na Inglaterra, em conjunto com outros alunos quando ainda era estudante, Strathern escreveu Kinship at the Core (1981) que, assim como *Women in Between*, traz algumas preocupações que permanecem ainda hoje centrais em seu trabalho. Em 1988, lançou *The Gender of the Gift* e em 1992, *After Nature*, obras que, de acordo com a própria autora, foram concebidas também como tentativas de reescrever os argumentos dos dois primeiros livros. Sobre as reconfigurações do parentesco a partir das novas tecnologias reprodutivas, escreveu *Reproducing the Future* (1992) e *Technologies of Procreation* (Edwards *et al*, 1999). No ano de 1985, passou a ser professora de Antropologia Social na Universidade de Manchester e em 1993 foi nomeada à cátedra William Wyse Professor em Antropologia Social na Universidade de Cambridge, onde hoje é professora emérita.

As suas análises das transformações socioculturais do parentesco trouxeram-lhe à atenção o papel central que as relações têm desempenhado como formas de descrição e análise na antropologia. A palestra inaugural como professora em Cambridge, intitulada *The Relation: Issues in Complexity and Scale* (1995), traduzida para o português no livro O Efeito Etnográfico (2014), foi uma de suas primeiras menções a uma epistemologia das relações antropológicas. Esse interesse permanece desde então e foi importante também no desenvolvimento de Kinship, Law and the Unexpected (2005), onde Strathern tratou sobre o impacto da biotecnologia e das mudanças de regime de propriedade intelectual em arranjos familiares. Em *Relations: an anthropological account* esse interesse ganha um novo peso, já que Strathern explora historicamente as relações e examina as estratégias de exposição que permitiram que elas expandissem a imaginação antropológica (Corsín Jiménez, 2019).

Dado esse panorama geral sobre os trabalhos da autora e sua trajetória acadêmica, passo a destrinchar rapidamente o que é abordado em cada um dos seis capítulos do livro, organizados em pares ao longo de três partes, todas elas seguidas de uma coda a qual, a exemplo das seções conclusivas das sinfonias, é utilizada por Strathern para apurar considerações que foram elaboradas de forma mais emaranhada no corpo do livro.

No primeiro capítulo, a autora nos lembra que quanto mais as noções de sociedade e cultura são criticadas e problematizadas, mais as relações, os relacionamentos e a relacionalidade são trazidos à tona. E isso ocorre não apenas em um sentido passivo, ou seja, a partir da ideia de que tudo está conectado, mas no que poderíamos conceber como ativo: pesquisadores fazendo aparecer fenômenos através dos conceitos de relação. Strathern insiste nas suas objeções ao modo como a relação é frequentemente utilizada no abstrato e cita a filósofa Isabelle Stengers, a qual observa que o termo inglês moderno para relação (relation) carece do que o rapport, em francês, acabou retendo, a inclusão da comparação por meio da razão e proporção. "Tudo pode ser descrito como relacionado, mas nem tudo entretém 'rapports'" (Stengers, 2011: 48-49, tradução minha). Ao preferir *rapport* à *relation*, Stengers tem como intenção pensar sobre a objetividade científica atual.

A partir dos escritos do antropólogo Marshall Sahlins e de como podemos reconhecer o funcionamento da mutualidade do ser ou da solidariedade sem necessariamente saber que tipos de seres estão vinculados, nesse capítulo a autora aborda também como é possível expor as propriedades ou efeitos das relações sem especificar o que está relacionado. E se pergunta: o que pode ser aprendido quando a filiação, por exemplo, se torna um guia para outros tipos de relações? Mas a que tipo de parentesco estaríamos nos referindo? Como ela afirma, a relação existe há muito tempo no vernáculo inglês, ao menos desde o século XIV, com o sentido de correspondência ou associação, e implica um conceito de operações lógicas ou epistêmicas. E segue questionando: quais foram as circunstâncias de sua introdução na esfera dos laços interpessoais de parentesco? Os termos, adiciona, não mudam isoladamente. Eles estão, de toda e qualquer forma, em relação com os outros. O que se aplica à própria relação, por óbvio. Assim, ainda no primeiro capítulo, a autora se volta para dois conjuntos simultâneos de usos do termo, o referente a "amigo" e, com mais profundidade, relativo à "identidade".

Dentre as muitas referências trazidas neste primeiro capítulo está o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, para o qual um dos fundamentos do pensamento no Ocidente moderno seria o contraste entre substantivos abertamente relacionais e outros tipos substantivos. Os primeiros, que abrigam termos como os de parentesco, se definem por meio de suas relações com outra coisa. Conceitos como peixe ou árvore, diferentemente, seriam substantivos autocontidos e aplicados a uma determinada coisa em virtude de suas propriedades intrínsecas. Estes, por sua vez, estariam em contraste com aqueles do perspectivismo ameríndio, cujas entidades como peixe ou árvore são também utilizadas como indicadores relacionais, algo entre substantivo e pronome, no sentido de que uma coisa apenas é peixe em virtude de outra pessoa de quem é peixe.

No capítulo 2, Strathern inicia tratando sobre os registros de comparação. Ela aponta para como a difusão do conceito de relação não significa que ele seja inocente em termos históricos ou ideológicos. E nos lembra que na história da Europa, o desenvolvimento das relações interpessoais é considerado uma marca da modernidade. A amizade, que antes indicava interesses comuns, começou a adquirir a conotação de sentimento de solidariedade desinteressada, por exemplo. Desse modo, os primeiros entendimentos modernos sobre relações interpessoais podem ser pertinentes para avaliar as preocupações modernas e iluministas e, a partir delas, os contornos mutáveis também do parentesco. E sublinha que relações se tornaram um marcador habitual de parentes quando amigos deixaram de ser, já que, como aborda no primeiro capítulo, as conotações de amizades passaram por algumas metamorfoses.

Se até o século XVII, amigo podia ser usado para designar parentes e não parentes; quando se perde aquele referente de parentesco, a amizade também é despojada de muitas das conotações corporais que carregava anteriormente. É possível então avistar como os elementos dos modelos antropológicos de comparação do século XX corriam ao lado de certas práticas vernáculas de língua inglesa. Ao dar contornos para a comparação, no sentido de uma relação epistêmica, parte das discussões sobre relações interpessoais presentes no primeiro capítulo é aprofundada no segundo. Dessa forma, passamos também a entender

como a suposição, em certa medida comum, de que a comparação gira em torno da similaridade e da diferença, esbarra, no entanto, em certos equívocos. Nas palavras da autora, "relações pensadas como conexões "entre" pessoas também sustentam a individualidade de cada uma. Contrastes e comparações parecem andar com facilidade por trás dessa intermediação" (Strathern, 20202: 70, tradução minha).

O terceiro capítulo inicia tratando da contração e expansão. Na produção de conhecimento acadêmico, a descrição está estreitamente ligada à exposição, tanto aquela que serve como base a partir da qual procede a explicação, quanto quando o objetivo é de apresentar as coisas. A exposição, diz Strathern, envolve interação, fazer as coisas aparecerem. Se para nós, antropólogos/as, a descrição é uma atividade trivial, não parece ser assim para todos os estudiosos. A autora então nos convida a ver a descrição como foco de atenção em outros campos, bem como chama atenção para como as conexões interpessoais são buscadas e se preocupa com a natureza intervencionista da descrição e como ela é ativada nas relações. Para ela, quaisquer descrições das relações implicam em intervenções, já que sua especificação posterior está envolvida.

No capítulo 4, Strathern se posiciona autoralmente de modo mais evidente e redescreve conceitos trabalhados ao longo do livro, propondo uma reflexão sobre a conotação de similaridade [*similarity*] no inglês e atentando para as formas como ela se insere nas ideias de conexão ou correspondência, assim como por meio da negação e oposição. A dissimilaridade, nesse sentido, é a ausência de semelhança. Assim, se aplicada, a dupla similaridade e dissimilaridade, o termo "diferença" passa a ser liberado para outros usos.

A autora nos rememora de que o filósofo Michael Foucault ([1966] 1970) delineou as consequências para o pensamento ocidental de uma ordem baseada na identidade e na diferença, que ganhou vida na última parte do século XVII, no lugar de uma hierarquia de analogias. Essa nova ordem substituiu a semelhança como categoria fundamental do conhecimento. Strathern dirá que esse fenômeno europeu, atuado em diversos idiomas, estava representado nas apreensões, sempre mutáveis, de relação. A similaridade, então, adquiriu um valor privilegiado não apenas pela noção de conexão, mas sobretudo por estar envolvida na identidade e nas diferenças de uma análise discriminativa.

A terceira parte do livro, capítulos 5 e 6, abre caminhos para inferências e especulações. Se na parte II, capítulos 3 e 4, o teor era mais reflexivo, agora fica mais próximo da dramatização a partir da exposição de momentos da formação da sociabilidade moderna, focando nos filósofos John Locke e David Hume. No quinto capítulo, aparece a figura da pintora e naturalista Maria Merian e suas descrições dos estágios da vida das lagartas e mariposas. A partir de uma visão ecológica, Merian, que tinha como tema um conjunto de eventos – metamorfoses –, era mobilizada pelas relações envolvidas nas transformações dessas formas vivas. Em uma época na qual e se acreditava na geração espontânea, a naturalista mostrou que semelhança e similaridade não são os únicos marcadores de relacionamentos íntimos. Formas radicalmente diferentes podem se metamorfosear umas nas outras, a exemplo de lagartas e borboletas ou mariposas. Aqui, diz Strathern, o próprio conceito de metamorfose de Merian deve ser contado como parte do interesse contemporâneo pela identidade. A história da naturalista seria então um lembrete de que

nunca houve apenas uma visão e de que é possível recuperar ecos divergentes no passado. Dessa maneira, se as relações que ela traçou entre essas formas de vida eram surpreendentes, muito mais surpreendente é a compreensão de que uma premissa sobre graus de similaridade seria extremamente inadequada para compreendê-los. Ou seja, não seria possível inferir as relações entre essas formas de vida com base na semelhança e dessemelhança de seus atributos.

No capítulo 6, Strathern apresenta uma inferência extraída de alguns materiais sobre relações interpessoais, que, a essa altura do livro, já têm um peso específico para leitoras e leitores. Tal inferência oferece uma resposta aos entendimentos euroamericanos sobre o encurtamento das relações de parentesco, tanto como foco social quanto como objeto teórico, e auxilia na exploração mais aprofundada da capacidade das relações, do que elas carregam consigo e do seu potencial crítico. Apesar de todas as mudanças, Strathern adiciona: a relação persiste como central na antropologia. Esse último capítulo do livro se propõe a preencher o que parece faltar no campo social do parentesco, o que poderia ser considerado como sua outra metade, a amizade.

O livro revisita alguns dos caminhos que as ideias sobre relações percorreram em um passado recente e reflete sobre como a relação vem a ser reinventada ou redescoberta em momentos de construção de novos conhecimentos. Na medida em que os contextos produzem relações, eles também as transformam em objetos de estudo e reflexão. E, como objetos de reflexão, as relações que emergem das exposições contidas no livro, diz Strathern, também podem ser submetidas a um escrutínio crítico. Ao mesmo tempo que a relação pode ser a chave para a compreensão de uma certa simbiose que a tudo permeia, pode também ser um impedimento para descrevê-la. Como mencionou a bióloga e filósofa Donna Haraway (2021), Marilyn Strathern é uma etnógrafa de categorias relacionais, ela nos ajuda a pensar em outras topologias possíveis, *e Relations: an anthropological account* é, certamente, mais uma amostra disso.

Referências bibliográficas

BARAD, Karen. 2007. *Meeting the universe half-way*: Quantum physics and the entanglement of matter and meaning. NC: Duke University Press. Durham.

CORSÍN JIMÉNEZ, Alberto. 2019. "In Relation: An Interview with Marilyn Strathern". *Disparidades*, vol. 74, n. 1: e003.

EDWARDS, Jeannete; FRANKLIN, Sarah; HIRSCH, Eric; PRICE, Frances; STRATHERN, Marilyn. 1999. *Technologies of procreation*: Kinship in the Age of Assisted Conception. Londres: Routledge.

FOUCAULT, Michel. 1970. *The order of things:* An archaeology of the human sciences. Tradução. Anon. Tavistock. London, Pantheon Books.

GELL, Alfred. 1999. "Strathernograms, or, the Semiotics of Mixed Metaphors". In HIRSCH, Eric. (ed.). *The Art of Anthropology*: Essays and Diagrams: 29-75. Monographs on Social Anthro-pology, vol. 67. London: Athlone Press.

HARAWAY, Donna. 2021. *O manifesto das espécies companheiras:* Cachorros, pessoas e alteridade significativa. São Paulo: Bazar do Tempo.

STENGERS, Isabelle. 2011. "Comparison as a matter of concern". *Common Knowledge*, vol. 17, n. 1:48–63.

STRATHERN, Marilyn. 1981. *Kinship at the core*: an Anthropology of Elmdon, a Village in North-West Essex in the Nineteen-sixties. Cambridge: Cambridge University Press.

STRATHERN, Marilyn. 1988. *The gender of the gift*: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia. Berkeley: University of California Press.

STRATHERN, Marilyn. 1992. *Reproducing the Future*: Anthropology, Kinship, and the New Reproductive Technologies.

STRATHERN, Marilyn. 1992. *After Nature*: English kinship in the late twentieth century. Cambridge: Cambridge University Press.

STRATHERN, Marilyn. 1995 [1972]. *Women in Between*: Female Roles in a Male World: Mount Hagen, New Guinea. Londres: Rowman & Littlefield.

resenhista

Marcelle Schimitt

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde também obteve o título de mestra em Antropologia e se graduou em Ciências Sociais.

Contribuição de Autoria: Marcelle Schimitt foi responsável pela leitura, sistematização das informações e escrita do texto.

Financiamento: A produção da resenha não foi financiada com recursos públicos. O acesso à obra foi viabilizado a partir da parceria entre a Cadernos de Campo e a Duke University Press.

Recebido em 30/10/2021
Aceito para publicação em 08/12/2021